

[PEC 65/2023]

Seminário em outubro dará continuidade ao enfrentamento à matéria

*SINAL mantém articulação dentro e
fora do Congresso Nacional*

No próximo dia **15 de outubro, a partir das 9h, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados**, o SINAL promoverá um seminário destinado a debater o enfrentamento à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2023. Além de discutir alternativas para o avanço no processo de autonomia do Banco Central do Brasil, sobretudo financeira e orçamentária, respeitando o modelo de Autarquia Pública e o Regime Jurídico Único, o evento se dedicará ao alinhamento de estratégias de atuação frente à PEC 65/2023 no Congresso Nacional.

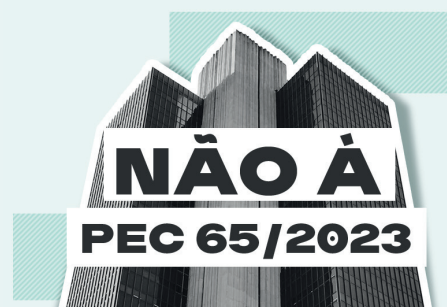
Para conduzir as análises conjunturais e o debate sobre os variados aspectos jurídicos e econômicos, o evento contará com a presença de especialistas. Dentre os nomes confirmados estão a professora do Departamento de Economia da Universi-

dade Federal do Paraná Larissa Dornelas, o professor da Universidade de Brasília José Luís Oreiro e o procurador do Banco Central Lademir Rocha. O deputado federal Lindbergh Farias (PT/RJ) também confirmou presença na abertura da programação.

Além de expor as inúmeras fragilidades do texto da matéria, em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal - a exemplo da tentativa de transformação do BC em uma instituição vinculada ao regime de direito

privado -, a realização do seminário se mostra importante em virtude da falta de espaço para debates mais aprofundados sobre o tema e suas repercussões sobre o país e a sociedade.

A tentativa de aqodamento na tramitação da PEC 65/2023, inclusive, foi pauta de nota conjunta divulgada pelo SINAL, o Sindsep/DF, o SinTBacen e a Anafe no último dia 3 de setembro. “Não é prudente que tema de tamanha magnitude, com repercussões amplas sobre a economia do país, seja votado de maneira aqodada, sem discussões aprofundadas sobre os impactos no médio e longo prazo”, salientaram as signatárias



*Ato público em frente ao anexo 2
do Senado Federal em 14 de agosto*

do documento, que criticaram a postura do relator na CCJ, senador Plínio Valério (PSDB/AM).

“O relator, que em diversas ocasiões fez questão de propalar sua suposta disposição para um debate franco e profícuo sobre a matéria, na prática se valeu do “poder da caneta” para vedar quaisquer alterações substanciais ao texto que está em suas mãos. Para disfarçar a postura antinegocial, o congressista alega que realizou diversas reuniões com diferentes setores. Todavia, os textos até então apresentados evidenciam que o espaço para o contraditório no debate foi apenas o cumprimento de uma etapa meramente protocolar, travestida de rito democrático”, afirmaram também as entidades representativas na nota conjunta.

Dentro e fora do Congresso

A mobilização vem se mostrando eficaz para impedir o avanço da PEC 65/2023. Conforme comunicado pelo presidente da CCJ do Senado, Davi Alcolumbre (União/RR), durante reu-

nião do colegiado no início de setembro, a etapa deliberativa ocorrerá apenas após as eleições municipais. Os últimos meses foram marcados pela intensificação dos diálogos com congressistas, especialmente os membros da CCJ. As forças-tarefas, que contaram com a presença de representantes de diversas praças do BC, tiveram o objetivo de alertar para os retrocessos previstos em caso de uma eventual aprovação da proposta.

As ações, todavia, não se limitaram ao Senado Federal ou mesmo ao Legislativo. No dia 14 de agosto, servidores do BC e representantes de outras carreiras públicas promoveram um ato público em frente ao Senado.

Na oportunidade, o vice-presidente do SINAL, Mardônio Sarmiento, ressaltou que o texto da PEC “tergiversa” e “não contempla as críticas, não resolve problemas, bem como não atende aos interesses da República”.

“Quando falamos em autonomia do Banco Central, precisamos adotar uma perspectiva de evolução incremental. O que

está sendo proposto vai na contramão disso”, avaliou, durante o evento, o procurador da Autarquia, filiado ao Sindicato, Lademir Rocha.

As preocupações acerca da proposta também foram levadas ao Executivo. No dia 4 de setembro, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, recebeu o presidente, Fábio Faiad, e o vice-presidente do SINAL, Mardônio Sarmiento, e o diretor da Condsef Edison Cardoni.

Dentre outros pontos, na reunião, os servidores reconheceram a necessidade de uma discussão contínua do aprimoramento do papel do BC e suas prerrogativas, inclusive de modo a resolver problemas de ordem orçamentária. Porém, salientaram que a implementação de eventuais mudanças neste sentido pode se dar por meio de legislação infraconstitucional, sob o modelo de Autarquia Pública e dentro do RJU.

A ministra e os secretários que a acompanharam na agenda se mostraram interessados e



Reunião com a ministra Esther Dweck em 4 de setembro

compreensivos às preocupações dos servidores. Esther Dweck afirmou também que levará em consideração os argumentos externados na reunião, transmitindo-os nos diálogos com outras pastas e autoridades do Poder Executivo.

No mesmo dia 4 de setembro, o presidente Fábio Faiad participou do evento “Autonomia do Banco Central: um balanço e os próximos passos”, realizado pelo portal Brasil 247 em parceria com o Consultor Jurídico e o Grupo Prerrogativas. “Quanto mais se debate, mais se discute, mais os erros e riscos que o texto da PEC 65 traz ficam claros”, observou.

Ainda de acordo com Faiad, qualquer mudança que envolva a atuação do BC deve ser feita sob muito debate, com os variados atores, e pensando no melhor para a sociedade brasileira.

Também presente, Paulo Nogueira Batista Jr reforçou o rechaço à matéria. De acordo com o economista, o dispositivo “dificulta enormemente a coordenação entre a política monetária, as atribuições do Banco Central do Brasil e o restante da política econômica”, ao criar uma entidade de natureza completamente segmentada. “Como é que se transforma uma autarquia especial, encarregada de tarefas estatais, em uma entidade de direito privado?”, questionou.

No dia 9 de setembro, a agenda foi com o advogado-geral da União, Jorge Messias. Após ouvir os argumentos dos representantes do SINAL e do Sindsep/DF, Messias enfatizou seu posicionamento abertamente contrário



Agenda com o advogado-geral da União, Jorge Messias, em 9 de setembro

à PEC 65/2023, além de afirmar que a proposta é inconstitucional. Ainda informou que essa posição já foi externada ao núcleo central do governo.

Acompanhe e fortaleça a luta

O Sindicato convida todos os colegas que estarão na capital federal para o seminário do dia 15 de outubro. Aqueles que não estão em Brasília, podem acompanhar a cobertura completa em nosso site. Há também em nossa página eletrônica uma seção especial, que reúne notícias, produções técnicas e materiais para compartilhamento, dentre outros. Acesse portal.sinal.org.br/pec65 e saiba mais.

Você também pode fortalecer a luta em defesa do BC e das prerrogativas de seus servidores por meio das mídias sociais. Acesse nossas pá-

ginas no Instagram, no Facebook e no Threads ([@sinalnacional](https://www.instagram.com/sinalnacional)), curta, comente e compartilhe os conteúdos.



LIVE PASBC

O SINAL promoverá no próximo dia 25 de setembro, a partir das 16h, nova *live* para debater o aprimoramento do Programa de Assistência à Saúde dos Servidores do Banco Central (PAS-BC). O evento será transmitido pela página do Sindicato no YouTube (youtube.com/apitotv).

O objetivo da reunião virtual é apresentar dúvidas, demandas e sugestões para a melhoria contínua do Programa de Saúde. E ninguém melhor que você, beneficiário, para apontar os pontos passíveis de aperfeiçoamento.

Os subsídios recebidos dos beneficiários durante os encontros ajudam a direcionar melhor a atuação do SINAL junto à Administração do PASBC em defesa dos interesses da categoria.

As *lives* são promovidas mensalmente e, posteriormente, a gravação é disponibilizada na íntegra na área restrita de nosso site (sinal.org.br), na seção “Vídeos Exclusivos”. Participe dos encontros, levando suas dúvidas, sugestões e comentários por meio do *chat* da transmissão.

NOVA TENTATIVA DE GOLPE

Filiados ao SINAL relataram mais uma tentativa de golpe utilizando o nome do escritório Advocacia Riedel. Os criminosos abordam a potencial vítima comunicando supostos valores a serem recebidos resultantes de ação judicial vitoriosa e informam um número para contato que não pertence ao referido escritório.

Fique atento. Muitas vezes, os golpistas se valem de nomes e números de registros de advogados e até mesmo de diretores do Sindicato. Em caso de dúvidas, fale com o departamento jurídico do SINAL pelos contatos: (61) 3322 8208 – juridiconac@sinal.org.br.

REAJUSTE

O SINAL mantém a interlocução com o Executivo acerca do envio, ao Congresso Nacional, do projeto de lei que contemplará os termos do acordo firmado na mesa específica com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Em conversas com o Sindicato, fontes do MGI informaram que a remessa ocorrerá ainda no mês de setembro.

Vale lembrar que, além da recomposição salarial de até 23%, o termo de acordo com os Especialistas do Banco Central prevê avanços em outras demandas, como a alteração de nomenclatura dos atuais Analistas, para Auditor. O acordo, um dos mais vantajosos da Administração, serviu de baliza aos pactos firmados por outras carreiras de Estado.

GRUPOS DE WHATSAPP

Participe dos grupos regionais de WhatsApp sobre o PASBC. Os espaços, voltados aos servidores ativos e aposentados, bem como aos pensionistas, filiados ou não, têm o objetivo de promover a troca de informações em relação ao nosso Programa de Saúde (rede credenciada, experiências em atendimentos, etc.).

Cada uma das dez praças possui seu próprio ambiente de interação. Acesse o grupo de sua regional pelo qr-code ao lado.



Posicione a câmera do seu smartphone sobre o código para acessar.

Os informativos e documentos citados nas matérias podem ser acessados na versão digital do Sinal Plural Expresso, disponível em nosso site (sinal.org.br), na aba “Publicações”, ou pelo QR Code ao lado.

Construa, junto conosco, este boletim. Envie comentários e sugestões de assuntos que você gostaria de ver aqui para sinalplural@sinal.org.br.